

2 A INFÂNCIA

Que vai ser quando crescer? vivem perguntando em redor. Que é ser? É ter um corpo, um jeito, um nome? Tenho os três. E sou? Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito? Ou a gente só principia a ser quando cresce? É terrível, ser? Dói? É bom? É triste? Ser: pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas? Repito: ser, ser, ser. Er. R. Que vou ser quando crescer? Sou obrigado a? Posso escolher? Não dá para entender. Não vou ser. Não quero ser. Vou crescer assim mesmo. Sem ser. Esquecer.²

Carlos Drummond de Andrade

Ao observarmos uma criança brincando, pode vir-nos à mente a criança que, um dia, fomos. Ou o contrário dela. Se juntamos pazinhas e baldinhos na areia, se ninamos uma boneca, se apostamos corrida de carrinhos, se nos imaginamos em uma casinha como mãe, pai ou filho, se pulamos amarelinha, se jogamos bola de gude, se brincamos de “escolinha”, se soltamos pipa, se rodamos pião, se jogamos futebol, queimado, vôlei, etc., se nos concentramos no videogame, se nos escondemos, se fomos policiais ou ladrões, se fizemos de uma lata um barquinho ou de um pedaço de madeira, um carro ou caminhão, se simplesmente brincamos, tudo isso pode vir à mente, ao observarmos uma criança brincando. É comum olharmos para ela e recordarmo-nos daquela que fomos. Esses seres pequenos, frágeis e inocentes, sob olhos adultos, lembram-nos os dias nos quais éramos assim.

Pode ser-nos penoso descrever nossa infância, até por ser um período, talvez, distante do atual. Pode ser-nos trabalhoso escrever acerca da nossa infância, por ela ter sido duradoura (a criança, frequentemente, tem a impressão de que o tempo passa bem devagar, ao contrário do adulto, que o percebe passar rapidamente) e intensa, a nosso ver. Pode também ser-nos comovente falar sobre nossa infância se ela foi problemática, permeada de traumas, momentos infelizes, lembranças que ferem até hoje. O importante é que aquilo que experienciamos na infância tende a ser, para nós, a nossa visão de infância, tendo ela sido boa ou má. Ficou-nos registrada aquela fase.

O objetivo precípua deste capítulo é rastrear o conceito de infância sem, no entanto, a preocupação de aprofundar o que cada pesquisador pensou sobre ele. Objetivou-se cercar o conceito a fim de compreender as diferentes e complementares visões acerca da infância.

² ANDRADE, C. D. de. *Poesia completa*, p.1015.

Criança e *infância* não são termos que se equivalem. O primeiro pode se referir a uma faixa etária específica que compreende a pessoa até os doze anos de idade incompletos. Já o segundo é uma condição da criança – mais do que dela, é uma condição humana, como veremos – e está mais direcionado à relação social entre adultos e dada faixa etária. Infância também tem a ver com um período da vida; por isso, diferenciar um e outro não é tarefa tão simples. O termo *criança* refere-se mais apropriadamente ao indivíduo. Sem titubear – ou titubeando como é comum à infância – podemos, então, dizer que estamos observando crianças a brincar, por exemplo.

Se olharmos para as crianças de hoje, o que reparamos? Para Rita Pereira e Solange Jobim e Souza, encontramos:

Criança pequena com agenda lotada. A televisão que se transforma em babá. Os pais ausentes. Carinho transformado em objeto. O *tamagoshi* e a afetividade objetificada. Erotização da infância. Sexualidade. Publicidade. Cultura do consumo. O *outdoor* anuncia: “Xtrim. Pra quem tem, beijinho, beijinho. Pra quem não tem, tchau, tchau!” Individualismo desencadeado pela ausência do outro. Apagamento da relação da alteridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. [...] (apud Kramer & Leite, 2006, p.37)

A criança hodierna assemelha-se ao adulto e está inserida no mundo da tecnologia, no qual obtém êxito, com frequência, rapidamente. Torna-se adulto precocemente, o que é nítido não só pelo manuseio ágil das tecnologias, mas também pelo modo como se expressa, se veste, se diverte, etc. Para Ana Luiza Smolka:

De uma maneira ou de outra, pelo trabalho, pela brincadeira, pela imitação; por formas diferenciadas de contenção, restrição, carência ou exploração; nas mais diversas relações, dentro ou fora da escola, com ou sem pais e família; crianças se tornam/ são feitas adultas. Mais cedo ou mais tarde. (apud Freitas & Kuhlmann Jr., 2002, p.122)

Apesar disso, desde Aristóteles (384-322 a.C.), o adulto continua a olhá-la como incompleta, como um vir-a-ser. Na ótica do professor Walter O. Kohan, o filósofo grego acreditava que “toda criança é uma criança em ato e, ao mesmo tempo, um adulto em potência, um ser que só alcançará sua completude e finalidade na adultez” (apud Sarmiento & Gouvea, 2008, p.45). Portanto, de acordo com Aristóteles, a criança traz em si o germe do adulto, estando à espera do momento em que será alguém de verdade, pois o presente é incompletude, um aguardar o futuro. Isso fica nítido quando se pergunta à criança o que será quando crescer, como se ela nada fosse no exato momento da pergunta, conforme questiona Car-

los Drummond de Andrade (1902-1987) em “Verbo Ser”, epígrafe deste capítulo. Segundo Perrotti, considerar a criança como um “vir-a-ser” é também afirmar que

Tudo se passa como se ao atingir um estágio determinado o ser humano estivesse condenado à cristalização. [...] a criança não é um simples organismo em mudança, não é apenas uma quantidade de anos, um dado etário, mas algo bem mais complexo e completo. (apud Zilberman, 1986, p.12)

Não era exatamente essa a visão aristotélica, pois, para o filósofo, a criança não está preparada para muitos assuntos importantes como a ética e a política, por não ter domínio da razão. Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles afirma que a criança não tem a experiência dos fatos da vida e é levada por sentimentos:

Por isso, um homem jovem não é bom ouvinte de aulas de ciência política. Com efeito, ele não tem experiência dos fatos da vida, e é em torno destes que giram as discussões referentes à ciência política; além disso, como os jovens tendem a seguir suas paixões, esse estudo ser-lhes-á vão e improfícuo, já que o fim ao qual se visa não é o conhecimento, mas a ação. E não faz diferença alguma que seja jovem na idade ou no caráter; o defeito não é questão de idade, e sim de modo de viver e de perseguir objetivos ao sabor da paixão. Para tais pessoas, assim como para os incontinentes, a ciência é proveitosa; mas para os que desejam e agem de acordo com a razão, o conhecimento desses assuntos será muito vantajoso. (Aristóteles, 2007, p.19)

O defeito da criança é, pois, não estar inserida no mundo racional, não fazendo sentido falar-lhe de ética e política. Ela não é capaz ainda de ouvir falar sobre isso obtendo vantagem; é incompleta e, por conseguinte, excluída das reflexões da *pólis*.

Em consonância com essa visão, a infância é considerada o início da vida e é, frequentemente, associada à falta de experiência. Acredita-se que a criança necessite de auxílio, que não vive por si só. Essa ideia também não é nova. Platão (427-348 ou 347 a.C.), segundo Kohan, já dava mostras desse pensamento quando, por exemplo, serviu-se da infância como analogia para a embriaguez:

Em estado de embriaguez, um adulto, como uma criança, carece de atividade sensorial e intelectual: é menos dono de si mesmo do que nunca, o mais pobrezinho de todos os homens. O embriagado é uma criança pela segunda vez, como o ancião. (Kohan, 2005, p.44)

Tal consideração platônica é similar à aristotélica, uma vez que ambas apontam a ausência de racionalidade na criança; entretanto, diferenciam-se por

Aristóteles enfatizar que a criança baseia-se na sensação, enquanto Platão pondera que ela carece de atividade sensorial.³

Note-se que são depreciativas essas imagens da *infância* e da *criança*, consideradas, inclusive, termos sinônimos. Na comparação platônica com a embriaguez, é negada à criança a possibilidade de agir por conta própria, dependente que é de alguém sóbrio, em sã consciência, do adulto, por conseguinte. Isso ratifica a imagem da criança como menos, como ser quase irracional, sem direito a falar – como, inclusive, parece apontar a etimologia da palavra: do latim, *infantia* é “incapacidade de falar, mudez; falta de eloquência, dificuldade de expressão” (Ferreira, 1976, p.585). Está, portanto, associada a uma falta, ausência, inaptidão. Segundo etimólogos:

[...] Em geral, *infans* podia designar criança em idade muito mais avançada que aquela em que “não falam”, de modo que essa denominação é usual para as crianças até os sete anos [...] Na verdade, são encontrados usualmente usos de *infans* referindo-se a pessoas que se aproximam inclusive dos treze ou quinze anos. Então, podemos entender que *infans* não remete especificamente à criança pequena que não adquiriu ainda a capacidade de falar, mas se refere aos que, por sua minoridade, não estão ainda habilitados para testemunhar nos tribunais: *infans* é assim “o que não se pode valer de sua palavra para dar testemunho”. (Castello & Márcico, 2006, s/p)

Na etimologia, é perceptível que ser infante é ser menos, uma vez que não pode valer-se, sozinho, de sua palavra para testemunhar. Infância seria, então, um período de espera por aquele em que se pode usar a fala, até porque se acredita que o infante não tem discernimento, não consegue avaliar o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau, o que é verdadeiro e o que é falso, etc. Isto é, infância não se restringe aos anos primevos, nos quais não se tem o domínio pleno da língua; mais amplamente, refere-se ao período em que não se pode usar da própria palavra para testemunhar, para fazer-se valer. Sem dúvida, esse olhar sobre a etimologia da palavra *infância* é bem menos restrito, visto que amplia seu tempo e engloba mais indivíduos. De todo modo, continua-se a vê-la como um período de incompletude e espera.

Diz-se que infância seria a incapacidade de usar a palavra, mas não de usar a voz. É importante diferenciar uma e outra, pois não se trata de sinônimos. A voz é o veículo pelo qual a palavra pode existir. Antecede a palavra, sempre. Basta

³ Platão não percebe, de todo, a criança como ser inferior. Consegue vê-la também como esperança e, portanto, acredita na necessidade de uma educação da infância. Para o filósofo, a criança é um membro importante da *pólis*, porque representa a possibilidade.

pensarmos em um recém-nascido, que, antes de falar, usando palavras, emite sons que não pertencem à língua, mas à voz. Ao nascer, o bebê grita, mas leva algum tempo até aprender a falar. Há na voz certa indiferença no que se refere à palavra. Que se lembrem, por exemplo, cantos nos quais inexistem palavras e que são bonitos por si sós pela voz. Segundo Zumthor:

[...] a voz ultrapassa a língua; é mais ampla do que ela, mais rica. [...] a voz ultrapassa em muito a gama extremamente estreita dos efeitos gráficos que a língua utiliza. Assim, a voz, utilizando a linguagem para dizer alguma coisa, se diz a si própria, se coloca como presença. (Zumthor, 2005, p.63)

O que nos interessa mais de perto sobre essa questão é que a infância não é ausência de voz, uma vez que esta tem presença, com força, desde o nascimento – a menos que exista algum problema fisiológico. Infância seria, pois, inaptidão para valer-se, por conta própria, da palavra, segundo os etimólogos registraram. O infante, talvez, não possa falar; porém, se expressa pela voz, em consonância com o que afirma Zumthor, e também por gestos, como pondera o poeta Percy Bysshe Shelley⁴:

Uma criança brincando consigo mesma expressará seu prazer com sua voz e movimentos; e cada inflexão de tom e cada gesto terão relação exata a um correspondente antípico nas prazerosas impressões que a despertaram; será a imagem refletida daquela impressão; e, como a lira treme e ressoa depois que o vento se dissipou, assim a criança busca, ao prolongar em sua voz e movimentos a duração do efeito, também prolongar a consciência da causa. (Shelley, 2008, p.78)

Há também aqueles que veem a infância de modo idealizado, como espaço de pureza, bondade, ingenuidade e, por isso, tal qual paraíso perdido. No *Dicionário de Símbolos*, criança aparece como sinônimo de *infância*, definida assim:

[...] símbolo de inocência: é o estado anterior ao pecado e, portanto, o estado edênico, simbolizado em diversas tradições pelo retorno ao estado embrionário, em cuja proximidade está a infância. Infância é símbolo de simplicidade natural, de espontaneidade. (Chevalier & Gheerbrant, 2003, p.302)

Logo, sob esse ponto de vista, bastante comum, a infância antecede o pecado. Muitos veem a criança como pura e ingênua e, como tal, sem defeito, malícia, incapaz de cometer crimes e praticar maldades⁵.

⁴ Na verdade, tanto a Zumthor quanto a Shelley são caros os gestos e a voz. Ambos são indissociáveis, porque significativos, mesmo que não se utilizem palavras.

⁵ Tal visão é, em grande medida, idealizada, já que, diariamente, observamos crianças envolvidas com crimes. A mídia nos mostra isso frequentemente. Há países em que elas participam, inclusive, de guerras. No romance *Feras de lugar nenhum*, de Uzodinma Iweala, o personagem Agu, que, pela idade, é uma criança, participa de uma guerra como soldado e afirma: “Sei que não sou mais uma criança, e quando a guerra acabar não vou poder voltar a fazer coisas de criança” (IWEALA,

Nietzsche (1844-1900) percebia, nessa inocência infantil, uma afirmação do novo, do princípio, da criação. Em *Assim falou Zaratustra*, o filósofo reflete sobre três metamorfoses do espírito – em camelo, leão e criança. Pondera que há aqueles que suportam cargas pesadas, orgulhosamente, e abaixam-se tais quais camelos para carregarem o que for, pesado de preferência. Tem força a vaidade por consideram-se aptos ao fardo. Mas não será isso humilhação? – questiona Zaratustra. O espírito de suportação carrega as mais pesadas cargas “e, tal como o camelo, que marcha carregado para o deserto, marcha ele para o próprio deserto” (Nietzsche, 2006, p.52). E é no deserto que ocorre a segunda metamorfose: ali se torna leão e deseja conquistar a própria liberdade, ser senhor em seu solitário deserto e lutar para vencer, sobretudo o dever. Quer aniquilar o “tu deves” e proferir o “eu quero”. O leão é necessário para que se diga, ferozmente, um “não” ao dever. Porém, é preciso que o felino torne-se criança, a qual, na sua ingenuidade e fragilidade, ainda fará mais que ele. Será criadora: “Inocência, é a criança, e esquecimento; um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um movimento inicial, um sagrado dizer ‘sim’” (Ibid., p.53). Na ótica nietzschiana, há um elogio à inocência infantil, capaz de esquecer, de recomeçar, de dizer “sim” à criação, como um poeta.

Já Mario Quintana (1906-1994), em “Atavismo”, afirma:

As crianças, os poetas, e talvez esses incompreendidos, os loucos, têm uma memória atávica das coisas. Por isso, julgam alguns que o seu mundo não é propriamente este. Ah, nem queiras saber... Eles estão neste mundo há muito mais tempo do que nós! (Quintana, 2005, p.575)

Esse atavismo que caracterizaria a memória das crianças, dos poetas e, quiçá, dos loucos seria como herança de tempos longínquos, o que faz pensar que não são daqui. Exatamente por isso são mais antigos que nós, nas palavras do poe-

2006, p.122). Ele mesmo se dá conta de que perdeu algo e que, por conseguinte, não pode mais ser considerado uma criança; e, pior, a situação é irreversível. A mixórdia de um tempo bélico não trará, de modo algum, a infância de volta. A experiência é dolorosa para ele. Agu não está tão distante da nossa realidade, apesar de seu espaço ser outro. Aqui também vemos crianças arrastadas na correnteza de guerras diárias em torno do tráfico de drogas, principalmente. É tão brutal o universo do menino que é ele próprio quem fala: “[...] se eu contar todas as coisas que fiz, você vai pensar que sou uma espécie de fera ou diabo” (Ibid., p.187). Como ele, outras crianças são personagens atuantes nessa guerra. Uma delas, inclusive, chamada Strika, nem fala ainda e já mata. Algo, no entanto, é importante ser frisado: Agu faz questão de dizer, várias vezes, que o menino que mata não é o mesmo que ia à escola e que tinha uma família, isto é, ele tem consciência de que a experiência da guerra o mudou.

ta de Alegrete (RS), visto que trazem vestígios, na memória, das origens. Logo, Quintana não fala do esquecimento; salienta a lembrança.

Costuma-se crer também que a infância é o princípio de uma vida já planejada pelos adultos, geralmente pelos pais. Não é raro observarmos planejando a vida da criança, às vezes antes mesmo de ela nascer. Durante a gestação, é comum pai e mãe delinearem, como se previsível fosse, o que o ser que está para chegar será. Parece que a ele não será dada oportunidade de escolher. Caberá apenas seguir o já traçado. O recém-nascido, por razões óbvias, não mostra resistência, o que assegura aos olhos adultos seu poder. O educador espanhol Jorge Larrosa reflete sobre isso: “Podemos, sem nenhuma resistência, projetar nele nossos desejos, nossos projetos, nossas expectativas, nossas dúvidas e nossos fantasmas. [...] Dir-se-ia que o recém-nascido não é outra coisa senão aquilo que nós colocamos nele” (Larrosa, 2006, p.186-187). Porém, a infância não é um outro previsível, passível de antecipação. Está além do que sabemos, queremos ou esperamos. A partir do nascimento, é um outro que surge entre nós. A criança é uma novidade que faz desmoronarem nossas certezas. É, pois, início, instante de descontinuidade. Projetar, no recém-nascido, o que somos ou que queríamos ser desrespeita sua alteridade. Segundo Larrosa:

O nascimento é o aparecimento da novidade radical: o inesperado que interrompe toda expectativa; o acontecimento imprevisto que não pode ser tomado como a consequência de nenhuma causa e que não pode ser deduzido de nenhuma situação anterior; o que, longe de se inserir placidamente nos esquemas de percepção que funcionam no nosso mundo, coloca-os radicalmente em questão. (Ibid., p.189)

O nascimento não pode, portanto, ser tomado como um efeito ou ainda como dedução de algo que o antecede. Na verdade, ele põe em xeque o já estabelecido, as nossas certezas, a realidade anterior e ulterior. Muitos recém-nascidos causam/ causaram mal-estar como, por exemplo, Jesus Cristo. De acordo com a história bíblica, quando ele nasceu, em Belém de Judá, o rei Herodes ordenou que matassem todos os meninos com idade inferior a dois anos, porque, segundo os magos que foram a Jerusalém, havia nascido aquele que seria o novo rei. Houve medo e desconforto por parte de Herodes, que preferiu aniquilar os recém-nascidos a lidar com o nascimento de um novo rei.

A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) compreende a infância como o que nasce e a vê como renovadora do mundo. Em *A condição humana*, destaca

que “o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir” (Arendt, 2009, p.17). Daí que pode haver temor diante do nascimento, que instaura o novo, o qual é desconhecido. A filósofa reflete ainda sobre a força perturbadora de Jesus Cristo quando pontua a novidade que advém do nascimento: “O nascimento na manjedoura, longe de significar o fim da antiguidade, significou o começo de algo tão inesperado e imprevisivelmente novo que nem a esperança nem o temor tê-lo-ia previsto” (Ibid., p.270). Como Cristo, outros recém-nascidos inauguraram/ inauguram o novo e geraram/ geram – em maior ou menor grau – desconforto no mundo anterior a eles, prova de que o nascimento pode colocar em questão o já dado como certo.

O nascimento não é o simples acontecimento do parto, de acordo com o filósofo Jean-François Lyotard (1924-):

Uma criança não deixa de nos ter nascido. O nascer não é apenas o fato biológico do parto, mas sob a cobertura e a descoberta deste fato, o acontecimento de uma possível alteração radical no curso que empurra as coisas a repetir o mesmo. A infância é o nome desta faculdade, tanto mais quanto aporta, no mundo do que é, o espasmo do que, por um instante, não é ainda nada. Do que já é mas ainda sem ser algo. Digo esse nascimento incessante porque marca ritmo de uma “supervivência” recorrente, sem metro. (Lyotard, 1996, p.72)

Infância é, para o filósofo francês, a possibilidade de acabar com a repetição de um mundo em que não há nascimento. Este é a condição de fazer nascerem os que já nasceram, fazer sair do mesmo, resgatar aquilo que, em nós, nos fazia encantarmo-nos, ainda que perante coisas simples, que, possivelmente, já cansamos de ver.

Dá-se bastante atenção ao recém-nascido por sua fragilidade. Ou melhor, dá-se bastante atenção às crianças. Há muitos profissionais, inclusive, preocupados em lidar, exclusivamente ou não, com elas – pedagogos, psicólogos, pediatras, etc. Porém, não foi assim sempre, como pondera o estudioso francês Philippe Ariès, que publicou, na década de 70 do século XX, a *História Social da Criança e da Família*: “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (Ariès, 2006, p.17). Raras eram as imagens da criança e, quando existiam, o que as diferenciava dos adultos era o tamanho. Parece que não havia espaço para a infância ou para a representação dela, de acordo com Ariès, que ainda afirma:

No mundo das fórmulas românicas, e até por fim do século XII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas. (Ibid., p.18)

Trata-se de entender a criança sob uma perspectiva histórica. Ariès, na visão da pesquisadora Sônia Kramer, compreende que:

[...] o sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias dos adultos: uma considera a criança ingênua, inocente e pura e é traduzida por aquilo que ele chamou de “paparicação”; a outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da “moralização” e da educação feitas pelo adulto. (Kramer & Leite, 1996, p. 19)

O que Ariès compreende como sentimento moderno de infância ratifica o que vínhamos discutindo até agora: ora a criança é vista como sinônimo de pureza, ora como ser incompleto, que ainda precisa tornar-se outra coisa. Para o estudioso, a representação da infância era desconhecida até o século XII. Na Literatura, o mesmo é apontado: na epopeia, “crianças-prodígio se conduziam com a bravura e a força física dos guerreiros adultos” (Ibid.). Ariès aponta que, nos séculos X e XI, não havia preocupação com a imagem da infância, o que faz crer que ela era uma fase, logo ultrapassada e esquecida. A infância é um conceito que foi sendo desenvolvido com o passar do tempo, não algo natural como se acredita. Bernardina Leal confirma isso: “consideradas imperfeitas ou incompletas as crianças circunscrevem um modelo de infância que passa a ser aceito como natural e não como um conceito socialmente construído” (apud Kohan, 2004, p.20). Kramer corrobora tal ideia afirmando que o conceito de infância surge com a sociedade capitalista:

Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade. (Kramer, 1982, p.18)

A grande contribuição desses estudos foi enfatizar a natureza histórico-social da criança, que, primeiramente, era vista como adulto em miniatura, trabalhando e participando ativamente do seu meio, e, posteriormente, aparece como alguém que deve ser protegido, educado e preparado para atuar profissionalmente no futuro.

Hoje, a infância não só é retratada como a ela é dada muita proteção. Há um estatuto que a ampara (*Estatuto da Criança e do Adolescente* – Lei 8.069/90). Inclusive, é em seu artigo 3º que se afirma:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Arruda, 2007, p.9)

Tal artigo põe a criança em situação de igualdade com os demais indivíduos, visto que gozam dos mesmos direitos. Porém, diferencia-se por ter assegurada a proteção integral.

Existe um grande poder sobre a criança, na verdade. Isso é forte na escola, onde geralmente há controle. Em uma conversa entre os franceses Michel Foucault (1926-1984) e Gilles Deleuze (1925-1995), publicada como “Os intelectuais e o poder” em *Microfísica do Poder*, é dito algo nesse sentido:

Não são apenas os prisioneiros que são tratados como crianças, mas as crianças como prisioneiras. As crianças sofrem uma infantilização que não é a delas. Neste sentido, é verdade que as escolas se parecem um pouco com as prisões, as fábricas se parecem muito com as prisões. (Foucault, 2006, p.73)

A diferença marcante é que, na prisão, o poder não é escondido; ele se mostra como justificado e justo, já que lá estão sendo punidos indivíduos que, provavelmente, cometeram crimes como assassinatos, estupros, roubos, etc. Tudo se passa em nome de uma moral que se perpetua e que faz a punição ser justa. Na escola, tal poder é velado, mascarado, fica na sombra. E por causa dele, as crianças são como prisioneiras durante o tempo que lá permanecem, sem terem cometido crime algum. Estão na escola por ser função dela educá-las para que conheçam e se insiram no social. No entanto, o que pensar das repetidas vezes em que uma criança pede para ir ao banheiro, para beber água, para apontar o lápis, etc.? Seriam pequenas fugas ao ambiente hostil? O que pensar daquela que chora, incessantemente, por não querer ir à escola, se antes essa mesma escola era motivo, muitas vezes, de prazer? Será que é apenas má vontade de estudar? Será que é o mundo mais atraente que a escola, só isso? Na instituição escolar, se exerce um poder contra o qual muitos se voltam, sem força infelizmente.⁶

⁶ “Conto de Escola”, de Machado de Assis, permite-nos refletir acerca do poder na instituição escolar, que não se restringe a diretores ou professores; vai além. O narrador, chamado Pilar, conta que apanha, violentamente, do pai, empregado do Arsenal de Guerra, que sonhava para ele “uma grande posição comercial” (Assis, 1997, p.137), por ter faltado à escola na semana anterior. Decla-

Frequentemente, educamos a criança pela “adultice”. Impomos a ela nossa forma de ver o mundo e tudo aquilo que julgamos ser necessário para seu desenvolvimento, não lhe abrindo espaço para falar. Sequer a escutamos, pois, não raro, pensamos como Platão e a vemos como ébrios: indignos de crédito por estarem privados da lucidez. Cremos que ela é dependente, sobretudo financeiramente, de nós – o que é um fato social, não natural – e só deixará de sê-lo quando se tornar um adulto.⁷ Apesar da proteção que lhe é dada, parece não haver o direito de fala.

Outra visão acerca da infância é a do pensador italiano Giorgio Agamben (1942-), que destaca a infância não como condição apenas da criança, mas como condição do homem. Percebe que a infância “não é algo que se possa ser buscado, antes e independentemente da linguagem, em uma realidade psíquica qualquer, da qual a linguagem constituiria a expressão” (Agamben, 2005, p.58). Para Agamben, um homem jamais se encontra separado da linguagem, e não o vemos no ato de inventá-la. Infância é, pois, inseparável de linguagem. É pela experiência da infância que o ser humano constitui-se como tal, na linguagem. O homem é o único animal que precisa aprender a falar; não está, portanto, imerso na língua desde que nasce, mas, na infância, aprende e fala. Sendo humano, na linguagem, é que é um ser histórico, porquanto tem infância. Se ele não é um ser a-histórico, é exa-

ra-se não ser “um menino de virtudes” (Ibid.). Apesar disso, é procurado pelo filho do professor Policarpo, o menino Raimundo, que oferece uma moeda em troca de ajuda em um ponto da lição de sintaxe. O professor era mais severo com o próprio filho do que com os demais alunos, de modo que o menino tinha grande medo do pai. Pilar e Raimundo são observados, no entanto, por Curvelo, menino levado e mais velho do que eles, que conta a Policarpo o trato feito entre os dois. O professor chama-os, pede a moeda e diz “uma porção de cousas duras, que tanto o filho como eu acabávamos de praticar uma ação feia, indigna, baixa, uma vilania, e para emenda e exemplo íamos ser castigados. Aqui pegou a palmatória” (Ibid., p.143). Recebem o castigo e não são poupados do pior: a vergonha de ter sobre si os olhos de todos da turma. Há um forte jogo de olhar: entre professor e alunos e entre os próprios alunos. A autoridade de Policarpo não se dá isoladamente. Parece haver uma disseminação do poder entre os próprios alunos e em todo lugar da escola; existe um círculo de potência. A vigilância é permanente; vale lembrar que Curvelo vigia os dois garotos e os delata. É relevante observar como, na lógica do bom adestramento que impera nesse ambiente, suborno, corrupção e delação são partes integrantes.

⁷ É importante lembrar que há crianças que trabalham para ajudar no sustento do lar, o que nos faz concluir que essa dependência varia de classe para classe. Segundo Kramer, “para o adulto que vive da venda do seu trabalho, a ausência de atividade profissional da criança significa perda de ganho direto. As aspirações educacionais aumentam à proporção em que ele acredita que a escolaridade poderá representar maiores ganhos... Contrariamente, o crescimento infantil é, para aquele cuja atividade consiste em explorar o capital, uma espécie de capitalização. A educação tem valor de investimento a médio ou longo prazo, e considera-se que a atuação da criança contribuirá futuramente para aumentar o capital familiar” (Kramer, 1982, p.23). Isso nos faz concluir que, de uma forma ou de outra, a criança é vista como alguém que pode ou poderá contribuir financeiramente, ainda que tal ideia seja escamoteada por muitos. Se for necessário à família que o pequeno trabalhe hoje, ele o fará, e isso vai ajudar nas finanças domésticas. Por outro lado, se hoje a criança pode estudar sem se preocupar com o trabalho, assim será, o que não impede a existência da crença de que ela pode ajudar em casa, não agora, futuramente.

tamente por não falar desde sempre, por ter de aprender em uma infância que não pode ser antecipada. Todavia, infância e experiência não são anteriores à linguagem, temporalmente. Ambas são condições essenciais, fundadoras, porque não há possibilidade de ser humano sem elas. A infância é, pois, uma condição da história. Por mais que se tente remontar ao passado, nunca se chega a um início cronológico da linguagem. A infância é a condição do homem, que não se constrói em um tempo linear; ou seja, tal construção é processo histórico, é algo de onde ele desde sempre se encontra na ação de imergir na linguagem. Logo, a história não pode ser o progresso contínuo da humanidade, mas é, na sua essência, intervalo e descontinuidade. Essa teoria de Agamben nos permitirá pensar bem a infância em Manoel de Barros.

Como não poderia deixar de ser, precisamos lembrar a Literatura, que, de acordo com Barthes, “não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe *de* alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens” (Barthes, 2004, p.19). Na brasileira, há personagens crianças que não são dominadas, têm espaço para exporem sua opinião, crescem sem imposições adultas, fluem na linguagem e se encontram ou se perdem nela. É a infância não capturada, que não se deixa enlaçar sendo uma afronta ao adulto, o qual vê desmoronar diante de si tudo aquilo em que acreditava, mormente no que se refere ao poder. Aprendizes ainda da própria língua, essas crianças ensinam o que é a infância. Citarei dois casos da nossa Literatura sucintamente, pois nosso objetivo maior é chegar a Manoel de Barros.

Em Monteiro Lobato (1882-1948), a criança é “imaginação e fantasia: nada mais” (Nunes, 1998, p.234). O escritor taubateano acredita em um mundo imaginário exclusivo dela, e, em sua literatura infantil⁸, não há “cisão entre a realidade e a imaginação, cancelando-se as determinações de tempo e espaço, de modo a obter-se o domínio absoluto do natural, congenial à infância” (Ibid., p.238). Emí-

⁸ Por literatura infantil, entendemos não uma forma literária menor, destinada exclusivamente à função utilitário-pedagógica. Tampouco compreendemos que se trata de uma literatura produzida para uma determinada faixa etária. A literatura infantil é, antes de tudo, literatura. Por isso, como dizem Palo & Oliveira, “obras não-elaboradas com a intenção de falar ao público infantil acabaram por atingi-lo. É o caso de Lewis Carroll e suas Alices, de Guimarães Rosa em muitos de seus contos, de poemas concretistas e oswaldianos. E de Leminski [...]” (Palo & Oliveira, 2006, p.12). Não é o adjetivo “infantil” que mudará isso. Ressalte-se que muitos consideram a literatura infantil como inferior à dita “adulta” exatamente pela presença do adjetivo. No entanto, isso é preconceito, uma vez que infantil é aquilo que concerne à infância. Portanto, compreendemos literatura infantil como sendo aquela que permite a infância acontecer, potencialmente.

lia representa a transformação da criança passiva – sem fala – na ativa, questionadora, incomodativa, atrevida e, mais do que tudo, dona da própria palavra. Essa personagem passa de boneca a humana no que ela chama de “evolução gentel”, o que ocorre em *Reinações de Narizinho*. Ela recebe a pílula falante do Doutor Caramujo e começa a falar instantaneamente, sem interrupções:

Emília engoliu a pílula, muito bem engolida, e começou a falar no mesmo instante. A primeira coisa que disse foi: “Estou com um horrível gosto de sapo na boca!” E falou, falou, falou mais de uma hora sem parar. Falou tanto que Narizinho, atordoada, disse ao Doutor que era melhor fazê-la vomitar aquela pílula e engolir outra mais fraca.

– Não é preciso – explicou o grande médico. Ela que fale até cansar. Depois de algumas horas de falação, sossega e fica como toda gente. Isto é “fala recolhida”, que tem que ser botada para fora. (Lobato, 1960, p.27-28)

Nesse episódio, chama atenção a passagem da Emília muda à Emília falante, que já pode ser considerada uma criança – aquela que Lobato via como ideal. Quando engole a pílula e não pára mais de falar, o médico explica que se trata de “fala recolhida”, isto é, fala de que gostaria de se valer no passado, mas que não pôde. Emília, quando muda, lembra-nos a etimologia da palavra *infância*: incapacidade de falar. Quando engole a pílula, no entanto, é que se torna humana e faz desmoronar tudo, questiona todos, exige seu direito à fala, não aceita o dado como certo, não se intimida frente a ninguém. Essa personagem lobatiana exemplifica bem a *infância*. Ela passa da mudez à fala ininterrupta. Torna-se humana porque passa pela infância, isto é, é arrastada pela linguagem.

Em Guimarães Rosa (1908-1967), há personagens crianças também. Por exemplo, no conto “A menina de lá”, a protagonista Maria – apelidada de Nhinhinha – é uma criança com menos de quatro anos que não se deixa intimidar: “Ninguém tinha real poder sobre ela, não se sabiam suas preferências Como puni-la? E, bater-lhe, não ousassem; nem havia motivo” (Rosa, 1974, p.40). Ela, ainda gaguejante e aprendendo a língua materna, fazia milagres pelas palavras mesmo com o pouco que falava: “o que ela queria, que falava, súbito acontecia” (Ibid., p.41). Isso mostra que, independentemente de ter domínio do português, a criança está na linguagem, vivenciando a infância, o que retoma reflexões de Agamben. Nessa experiência de estar na linguagem, na infância, ela titubeia, ensinando aos adultos o que é ser infante. Todavia, no conto, quase ninguém entende o que ela diz e o que ela é. Ou não quer entender, já que não é dada a devida atenção à menina até que ela começa a fazer milagres simplesmente falando, errando na língua. Infância

e linguagem, inseparáveis, condições humanas. Estar na linguagem é passar pela infância. E isso pode ser uma experiência perigosa, mortal. Nhinhinha parece ser conduzida pelo fluxo dessa experiência e morre, “diz-se que da má água desses mares” (Ibid., p.43), para tristeza de todos, que ficam saudosos de sua fala errante, agramatical por vezes e que, apesar de ininteligível a princípio, significava vida. Infância é estar próximo do começo, mas também é estar perto do fim, da morte, quando se mergulha, novamente, no indiferenciado.

O objetivo deste capítulo foi cercar o conceito de infância por meio de variadas visões. Outras abordagens da *infância* e da *criança* existem, na Literatura e fora dela. Aqui, apenas esboçamos as principais para que possamos refletir mais detidamente sobre a infância em Manoel de Barros, escritor que dá destaque a ela desde o primeiro livro, publicado quando tinha apenas 21 anos. Desde então, não parou de mergulhar na infância, como verdadeiro caçador de achadouros dela. E tal qual fazedor de amanhecer, inventou a infância por meio de exercícios de ser criança feitos em uma língua de brincar.